

BICENTENÁRIO DE CUIABÁ: REMEMORAÇÃO E INVENÇÃO DO PASSADO. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO, VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A INVENÇÃO DA MODERNIDADE EM MATO GROSSO E SUA INSERÇÃO NO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E DA NACIONALIDADE – 1919 A 1969.

Odemar LEOTTI*

Resumo: O presente artigo pretende evidenciar o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e sua atuação na reconstituição do passado de Mato Grosso, com o fim de verificar sua inserção no projeto de construção da identidade nacional e da nação, entre 1919 e 1969. Considera-se esses anos como marco temporal, entre a fundação do Instituto e a publicação da obra de Virgílio Correa Filho, *História de Mato Grosso*. O objetivo é dar visibilidade às práticas discursivas que tornaram possíveis as operações historiográficas, que ao reorganizar o passado silencia as diferenças redistribuindo os corpos, destituídos de seus tumultos, em um não-lugar, por uma escrita que faz falar calando.

Palavras chave: Política. Festa. Memória.

BICENTENNIAL OF CUIABA: REMEMBRANCE AND INVENTION OF THE PAST. THE “VIRGÍLIO CORREA FILHO” HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF THE STATE OF MATO GROSSO: THE INVENTION OF MODERNITY IN MATO GROSSO AND ITS INTRODUCTION INTO THE RECONSTRUCTION PROGRAM OF THE NATION AND ITS IDENTITY – 1919 TO 1969.

Abstract: The present article intends to show the role of the Historical and Geographical Institute of the State of Mato Grosso – IHGMT, and its function in the reconstitution of the past of Mato Grosso, in order to analyze its introduction into the Reconstruction Program of the Nation and its identity between 1919 and 1969. We consider these years as the timeframe between the foundation of the Institute and the publication of Virgílio Corrêa Filho's work, *The History of Mato Grosso*. Our objective is to highlight the discursive practices that made the historiographical operations possible. Upon reorganizing the past,

* Professor Mestre - Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT - Campus de Rondonópolis - Doutorando em História - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Univ. Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antonio, 2100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail:leotti.odemar@gmail.com

differences are silenced, and bodies are rearranged, deprived of their tombs, in a non-place, by writings that bring speech to the speechless.

Keywords: Politics. Party. Memory.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, observa-se, no Brasil e com ressonâncias em Mato Grosso, uma relação entre a vontade de um saber nacionalizante que fosse de caráter uniformizador, de forma que corrigisse as ações produzidas pelas práticas culturais locais, e que tivesse como foco a ação das particularidades locais. Nesse contexto, dá-se a fundação, no ano de 1919, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que nascia com o papel de reorganização do passado histórico do Estado.

Antecedendo à fundação do IHGMT, pode-se notar, desde a última década do século XIX, alguns acontecimentos que davam a conotação de ressonância dos discursos que proliferavam no sul do país. Em 1890 há o primeiro censo demográfico que voltava as atenções para a força das particularidades e, para tanto, são submetidas à análise científica que revelava a emergência da estatística e caracterizou os recenseamentos organizados pelos aparelhos do Estado. Essas ações estavam voltadas para a descoberta do *cosmos* local e do *povo*, além de evidenciarem a necessidade de correção dos agentes diferenciadores e as ações das particularidades locais.

Essa ação governamental tinha como objetivo a viabilização do espaço social para sua adequação à demanda do modelo liberal, tornando-o útil à economia política, sendo este o fundamento do projeto de ressurgimento da nação que se manifestava no sul do país. Para tanto, o utilitarismo deixava suas marcas nas formas enunciativas voltadas para o trabalho e a produção, decorrendo daí o lugar da classificação do grau de “inteligência” de cada “raça”. Os índios sempre eram considerados “mansos”, quando se submetiam aos interesses colonizadores, ou “belicosos” quando não se subordinavam ao conceito de trabalho a eles imposto. Nesse sentido, passam a servir a funções “que não exijam o uso da inteligência”, considerando os negros como mais aptos ao trabalho especializado.

Constituído a partir do discurso eugênico, o sertanista, por sua vez, aparecia como de origem germânica, representando a raça pura que, ao se misturar com o índio e o negro produziria a mestiçagem. Essa formação discursiva classificadora aparecia nos enunciados de intelectuais da região sul, mais acentuadamente no Rio de Janeiro, então centro político do país. Nas suas construções escriturárias, os habitantes do interior eram vistos como herdeiros desses cruzamentos. Há, neste ponto, um paradoxo que criava o dilema da brasilidade orientada pela forma de pensamento evolucionista predominante. Assim, a busca do interior nascia marcada pelo estereótipo da relação civilização-barbárie e a busca

do seu aperfeiçoamento. Para Oliveira Vianna “essas duas raças bárbaras só se fazem agentes de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação de classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco.” Para ele, somente com a:

[...] comunicação postal, telegráfica, ferroviária e marítima, os mais eficazes instrumentos com que poderemos contar para ultimar esta empresa em que estamos empenhados há mais de um século: de corrigir – pela ação disciplinar de uma organização política centralizadora e unitária – os inconvenientes da nossa excessiva base física, da nossa dispersão demográfica e da ação centrífuga dos agentes geográficos (VIANNA, 1956, p.11) .

A ressonância desse discurso irá compor o exercício de pensamento do grupo de letrados de Mato Grosso e a fundação do IHGMT, forjando um liame entre dois espaços discursivos: do litoral e do interior. Instaura-se, então, um elo entre a preocupação do Clube de Engenharia, a Escola Politécnica, a Escola Militar e o IHGMT: dois lugares da produção do projeto modernizador da nação, que teve seu ápice na década de 1920. Tal cenário aparece no prefácio do livro de Virgílio Corrêa Filho, *Mato Grosso*, editado em 1920, no qual o autor preocupa-se com a ligação econômica e política entre o litoral e o interior. Para ele, é de onde se origina:

[...] o surto de nacionalismo a que assistimos, há mister, para que se não apague fugazmente, de aprofundar as suas raízes até onde possa haurir a seiva nutriente que lhe mantenha o vigor. [...] Condição primeira, impõe-se-nos o conhecimento exato do ‘Brasil bem fadado’ e do povo que o habita, as transformações que tem sofrido, as conquistas alcançadas, as forças que o solicitam para o futuro (CORRÊA FILHO, 1920, p.VI).

Observa-se, na escrita de Virgílio Corrêa Filho, uma forma de aproximação da origem mato-grossense com os sertanistas, que seria a forma de recuperar a imagem pura do homem europeu e a superação dos “males” da mestiçagem pelas “conquistas alcançadas”. Em 1959, em sua última produção, intitulada *História de Mato Grosso*, define a presença dessa cultura superior e da cultura material, fruto da economia política, ou seja, o espaço das fazendas, engenhos, usinas e charqueadas como lugar do progresso moral dessa mestiçagem, até formar o mato-grossense moderno. Veja sua escrita:

Para não lhe minguar o êxito em tamanhas tarefas, o mato-grossense retemperou as fibras herdadas dos ancestrais, e superando os obstáculos postos à sua prosperidade e ascensão, comprovou aptidões para as mais variadas profissões. A labuta derreante nas fazendas de gado, nas roças, nas indústrias extrativas, nos rios navegáveis, ou na

defesa do seu rincão contra o invasor ousado, enrijou-lhe o organismo, que também se adaptou às exigências da cultura intelectual (CORRÊA FILHO, 1994, p.14).

Esse discurso, produzido já no final da década de 50, transmite a sensação de missão cumprida na construção do modelo de mato-grossense, produto da inserção do Estado no projeto nacional. Foi sempre na busca dessa integração ao projeto modernizador que se construiu a escrita do IHGMT e, principalmente, de Virgílio Corrêa Filho.

Este artigo é parte de uma tese, ora em desenvolvimento, que tem como proposta a análise do papel exercido pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, fundado em 1919, cujo principal foco volta-se para as obras de Virgílio Corrêa Filho. Nesta perspectiva, procurou-se dar relevo aos acontecimentos históricos a partir da virada do século XIX, até o ato da fundação do IHGMT, em 1919; especificamente, o papel desempenhado por seus sócios na reinvenção da memória de Mato Grosso, nas primeiras décadas da experiência republicana. Volta-se o foco, ainda, para as práticas sociais e discursivas, em que se exercita um grupo de letrados, servindo de suporte ao projeto de inserção de seu Estado no projeto da nação e da nacionalidade.

Neste contexto, mostrar-se-á de que modo a festa do bicentenário da fundação de Cuiabá serviu como espaço de reorganização do passado, ao criar um nexos que serviu de liame entre sua origem e a legitimação política do presente e que teve como fato concreto a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IGHMT), em 1919.

Em um primeiro momento, procura-se mostrar a emergência do discurso modernizador da nação em busca da sua brasilidade, que se imaginava rompendo com a dependência cultural europeia. Num segundo momento, pretende-se apontar a forma como ocorre a ressonância desse projeto modernizador da nação nas práticas sociais discursivas e não discursivas a partir dos efeitos de sentido dessas ressonâncias em meio à sociedade letrada de Mato Grosso.

Concomitante a isto, é importante pensar a invenção da história e sua relação com os conflitos políticos no Estado, dando relevo à emergência de instituições que davam suporte ao desejo de modernização de Mato Grosso, como forma de possibilitar sua inserção no projeto de reconstrução nacional. Especificamente o foco deste texto é a revista semestral do IHGMT e as obras de Virgílio Corrêa Filho, sua figura mais destacada.

Estas publicações emergiam no contexto de uma economia política que predominava no mundo ocidental. O projeto republicano encontra-se, em Mato Grosso, com problemas que emperravam sua consolidação. Dessa forma, verifica-se a constituição de uma identidade nacional voltada para o seu interior, na busca de uma brasilidade mestiça. Todavia, houve, ao mesmo tempo, a necessidade de supressão e redistribuição no que a mestiçagem tinha de obstáculo à consecução de uma continuidade histórica sustentadora

do projeto nacional. Tal papel é cumprido pelo IHGMT, redefinindo o passado, garantindo uma governabilidade no presente e apontando o progresso no futuro.

O movimento intelectual no sul do Brasil no início do século XX: estética da brasilidade e ressonância em Mato Grosso

A partir de 1895 surge um novo espaço do discurso modernizador: o pensamento tecnocrático positivista ilustrado, principalmente junto aos engenheiros ligados à Escola Politécnica, às escolas jurídicas, ao Clube de Engenharia e à Escola Militar do Rio de Janeiro. No momento de declínio do regime monárquico, enunciados deixam à mostra um discurso que constituía o país como um objeto a ser retirado dos seus desvios.

À história, em sua base científica, cabia o lugar de renascimento do Brasil. Um discurso se desloca do domínio dos literatos para o discurso cientificista, que abria perspectiva para a emergência de uma nova inteligibilidade na construção da nação, voltada à construção de uma brasilidade mestiça e, ao mesmo tempo, ligada à preocupação com o progresso, dando nova coloração à experiência republicana.

Depois da grande generalização científica e filosófica operada neste século por Augusto Comte, uma nova luz derramou-se sobre a história e um novo critério se estabeleceu para a interpretação dos fenômenos sociais. [...] Foi assim que a doutrina comteana, abrangendo em sua esfera a totalidade dos fenômenos cognoscíveis, inorgânicos ou orgânicos, físicos ou morais, individuais ou sociais, veio estabelecer a necessidade de restringir-se a especulação filosófica exclusivamente ao domínio da realidade científica e firmar solidamente as regras do verdadeiro método histórico, por meio do reconhecimento imediato das leis gerais da sociologia (SALES, 1882, p.6).

Este tipo de preocupação com a construção da nação já existia a menos de uma década da independência do Brasil. Nela já aparecia a preocupação com a questão das raças na configuração da nação, tal como emergia na fala de José Bonifácio, deixando antever o lugar que iria ocupar a preocupação dos letrados: sair do domínio do romantismo e do que nele havia segundo Andrada, de apologia aos demais elementos que compunham o quadro cultural no Brasil, principalmente com relação às culturas indígenas. Esse é um dos problemas de configuração da noção de brasilidade que irá marcar as relações sociais no Brasil.

Nos idos de 1813, Bonifácio afirmava que a “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc., em um corpo sólido e político” (GUIMARÃES, 1988, p.6). Essa conotação aparece no discurso do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), na escrita de Varnhagen que,

em carta a D. Pedro II, se preocupava em “por um dique a tanta declamação e servilismo à democracia” e que procurou “ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade” (GUIMARÃES, 1988, p.6). Em 1890, o domínio do científico, ligado à tentativa de concretização da integração dessa brasilidade múltipla, dá a conotação a um lugar de sua purificação, a partir da implantação de um lugar para a constituição da figura nacional. Eis como aparece o discurso da nação, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro:

O Clube de Engenharia, personificando a classe dos engenheiros nacionais, em suas memoráveis sessões do mês de janeiro, na Capital Federal, traçou magistralmente o plano das obras a executar, a fim de darmos à nossa nacionalidade o cunho de um organismo homogêneo, compacto e sólido. [...]. O que a nossa engenharia quis foi inaugurar o século XX dando-lhe por pedestal a ciência. Para todos os corações amigos do progresso e verdadeiramente amantes deste torrão natal, cada dia de reunião da sábia corporação foi um grande dia de festa nacional. Os engenheiros sabem; portanto, prevêem. Saber para prever, a fim de prover, é a fórmula do pensamento que deve preponderar na educação do homem moderno. A nossa engenharia entende que, se seguirmos um certo rumo, este pobre e fraco país, que somos, hoje, poderá no futuro transformar-se em uma grande nação. O que é que impede que sejamos essa poderosa nacionalidade, que a nossa engenharia planeja? (BARRETO, 1981, p.25)

É no espaço do positivismo ilustrado que se exerceria “a crítica à economia política liberal e a formulação de uma ampla doutrina centrada no intervencionismo estatal, na economia” (PAIM, 1981, p.9). Segundo Paim, esse discurso¹ é próprio de um saber que estava ligado a uma economia política que institui a produção subordinada ao movimento industrial na forma em que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. Havia uma economia política que implantava a produção como lugar de verificação e o sujeito do direito fazendo emergir a figura do *homo economicus*.² Essa forma de constituição do regime da verdade marcará o início do século e garantirá a possibilidade de emergência de figuras como de Arão Reis e de sua obra *Economia política, finanças e contabilidade*.

O fato dessa obra ser adotada oficialmente na Escola Politécnica já evidencia a força do discurso de engenharia ligado à formação de um Estado administrativo como forma de viabilização dessa razão governamental. Essa instituição, juntamente com a Academia Militar e o Clube de Engenharia foram, em si mesmas, efeitos de sentido de um saber-poder que atravessava as instituições que atuavam como suportes na constituição de projetos de inserção do interior como forma de integração do espaço brasileiro. Foi nele que estudaram ou se ligaram, por afinidade filosófica, alguns personagens da História Mato-Grossense, especialmente governantes, e ainda Virgílio Corrêa Filho, principal personagem ligado ao IHGMT e o Marechal Cândido Rondon (formado pela Academia Militar do Rio de Janeiro).

Corrêa Filho, como membro do IHGMT, e Rondon, além de ser membro honorário, foi presidente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), estabeleceram, com suas missões na frente oeste, as linhas telegráficas e as expedições de reconhecimento geográfico. Juntamente com outros, instauraram a materialização da interiorização, na tentativa de construção de uma brasilidade como a nova marca da nação. Aliada a esse fator, configura-se, também, em 1914, a materialização do sonho dos engenheiros, com a construção da estrada de ferro que ligou São Paulo a Corumbá (MT). Esse fato impulsionou setores sociais, preocupados com o contraste entre norte e sul do Estado, e contribuiu para a movimentação intelectual que teve como um de seus resultados a fundação do IHGMT.³ Esse aspecto é importante, pois mostra a dimensão desse discurso transformando-se em atos concretos que interfeririam no processo socioeconômico mato-grossense.

A reconstrução dos passos que levaram à fundação do IHGMT

A virada do século XIX para o século XX foi uma época caracterizada pela expansão do capitalismo e a mudança espacial e comunicacional do mundo. “A ferrovia e a navegação a vapor haviam reduzido as viagens intercontinentais ou transcontinentais a uma questão de semanas, em vez de meses” (HOBBSAWM, 1998, p.30), com exceção dos continentes como Ásia, África e partes do interior da América do Sul. Esse contraste instituiu uma relação entre o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre. Porém, se no campo econômico havia essa defasagem, quanto ao aspecto institucional, havia um modelo de institucionalização nas relações da sociedade com o Estado, que deveria ser condizente com o funcionamento adequado a um modelo “avançado”. Segundo Hobsbawm:

[...] essas eram as aspirações não só dos países ‘desenvolvidos’, [...] mas de todos os outros que não queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação-Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo ‘desenvolvido’ [...]. Contudo, nesses países extra-europeus a democracia política pressupunha a exclusão das populações autóctones anteriores à sua chegada – índios, aborígenes, etc. (HOBBSAWM, 1998, p.43)

No Brasil, havia uma preocupação de reconstrução do modelo nacional como forma de se adequar a essa realidade mundial capitalista que implantava uma economia política e necessitava de abrir caminhos para sua expansão. Com isso, voltava seu olhar para o interior, que necessitava ser devassado, conhecido e integrado ao projeto nacional.

Em Mato Grosso, a partir da última década do século XIX, inicia-se uma movimentação no sentido de implantação de uma política administrativa apoiada nos ideais

republicanos, apontando para a necessidade deste Estado ser alavancado e colocado no patamar da região sudeste brasileira. Ter-se-á, nesse sentido, um movimento de racionalização administrativa no Estado, entre 1891 e 1919, período em que Mato Grosso foi palco de um acentuado movimento de implantação da racionalidade política e econômica, trazendo, assim, a emergência de mecanismos disciplinares.⁴

Nas primeiras décadas do século XX, a realidade girava em torno dos propósitos da definição da nacionalidade; porém, ela trazia consigo uma concepção de poder que implantava um modelo disciplinar, atendendo à estratégia econômica, ao invés do modelo do direito: os privilégios da lei, da interdição e da soberania deram lugar ao objetivo de construção da nação. A construção da nação, por sua vez, atendia à eficácia tática e às correlações de força, objetivando unicamente a produção de efeitos globais. Esses são os traços fundamentais das sociedades ocidentais, em que as correlações de força se deslocam de sua forma de guerra para a implantação de uma forma política que era a guerra continuada por outros meios, tornando os corpos úteis para atender à intervenção da economia liberal capitalista (FOUCAULT, 1988, p.97).

Várias instituições se empenharam nesse empreendimento cuja economia política estabelecia a definição do social e político. Com um projeto de escolarização da sociedade, o discurso do analfabetismo fazia silenciar os saberes múltiplos. Alfabetizar significava a inserção numa nova linguagem, em que a multiplicidade cultural representaria desvios do meio social. A educação, como forma de estancar esses “desvios”, deveria pregar o “amor ao trabalho e à honestidade pública e particular, a altivez política, o respeito às autoridades” (SOUZA, 1998, p. 175 apud REIS, 2006, p.17). A questão do trabalho tem lugar de destaque na proposta republicana em Mato Grosso, com a fundação de espaços visando à disciplinarização para o trabalho e o serviço militar.

A instituição pedagógica se completava com a presença da educação Salesiana. “Dispersos pelo Mundo, realizam a promessa divina do dom das línguas, falando os mil idiomas bárbaros na linguagem única da doutrina católica” (CÂMARA CASCUDO, 1939, p.10). A Missão Salesiana dirigia o Asilo Santa Rita de Cássia, instituição que educava meninas órfãs ou “rebeldes” das famílias da elite. Nessa instituição, todos aqueles que foram fruto de uma política dizimadora eram redistribuídos com adjetivos que silenciavam o aspecto da violência política, que levou-os a apossarem do sentimento de que seriam “deserdados”.

Desamparados, desgraçados; inocentes; desvalidos; infelizes; enfeitados da fortuna entre outros. Ou seja, a pobreza ainda é entendida como um golpe do destino, um azar, fruto do acaso. Se a infância pobre é identificada como vítima – cabe ao Estado ampará-la, cuidar dela, dar assistência. E a Companhia dos Aprendizizes Menores é definida como humanitária, filantrópica, asilo de caridade.⁵

Além disso, os salesianos fundaram a Escola Patronato do Coxipó, que mantinha o ensino profissionalizante para crianças órfãs, filhos de pobres livres, escravos mortos ou presos ou de origem indígena, sequestrados pelas bandeiras (LEOTTI, 2001). Mantiveram, ainda, sua política de aldeamentos, sendo mantenedores das Aldeias Thereza Cristina e de Sangradouro, ambas no vale do Araguaia.

Havia também o esforço em mostrar a indústria mato-grossense ao Brasil e ao mundo. Um exemplo disso foi a edição do *Album Gháfico do Estado de Matto-Grosso*, publicado em 1914. Editado em Hamburgo, na Alemanha: “o álbum trazia um mapeamento completo dos rios, solos, dimensões territoriais, meios de transporte, atividades econômicas, população e de muitos outros aspectos da geografia física e social de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p.262).

Em seu prefácio nota-se o desejo de inserção no mercado nacional, na onda de progresso que animava esse momento histórico. Engendrado na estratégia de disseminação da economia política que compunha o discurso da produção capitalista em seu molde liberal. Faltava mostrar o que Mato Grosso tinha para oferecer aos olhares dessa realidade. Portanto, seu objetivo era

[...] apresentar o Matto-Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo”. Segundo os autores, fizeram “este ‘Album’ com a intenção e com o desejo de que ele contribuirá para a evolução da vida econômica do Estado (AYALA, 1914, p.1).

A tentativa de inserção no mundo moderno convivia com as práticas políticas coronelísticas que não coadunavam com o projeto liberal e seu ideal de nação republicana. Havia uma forte presença de grupos da elite do Estado, caracterizada por seu teor de violência política no trato da disputa e manutenção do poder de mando. A partir de 1914, começa a se desenhar um quadro favorável aos sonhos de progresso do Estado, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava a economia paulista à cidade de Corumbá. Esse fato colidia com a realidade política presa à cultura dos coronéis apoiados em seus pequenos exércitos particulares formados por jagunços.

Apesar de estar ligada por laços afetivos de parentesco ou dependência econômica aos dirigentes políticos, havia nesse início de século a presença de um grupo de letrados que funcionava em seu exercício intelectual numa inteligibilidade ligada à economia política promotora dos rumos da nação moderna. Tais letrados atuavam como suporte da constituição das relações de força e implantação da economia política, situando-se em uma relação de proximidade com a figura do Estado – sendo dessa relação o surgimento de produções literárias.

A revista *O Arquivo* é um desses exemplos do esforço que já se despendia para reorganizar a memória do Estado, e o desejo de dar a essa memória um ato de fundação do presente. Patrocinado pelos chamados “coronéis”, como Totó Paes, foram financiadas as publicações de trabalhos até então inéditos, como o de Barão de Melgaço, *Vias de Comunicação de Mato Grosso*, em 1905, e o livro de Estêvão de Mendonça, *Quadro Chorográfico de Matto-Grosso*, em 1906 (SOUZA, 1958). Esta obra foi, em 1905, aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, entendendo que viria “preencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino público primário, fornecendo à mocidade os conhecimentos necessários da História e Geographia do Estado” (MENDONÇA, 2005). Entre os conhecimentos considerados importantes para os alunos, a publicação traz a descrição que caracterizava os índios a partir do conceito utilitário para o trabalho, por serem

[...] naturalmente indolentes, incapazes por isso de qualquer esforço demorado, os indivíduos d’esse grupo denunciaram-se fracos auxiliares quando aplicados em trabalhos de ordem sedentária [...]. Ao passo que quando desapareciam do cenário essas nações, outras redobram as suas hostilidades, [...]. Depredações e correrias attestaram sempre, e continuam a attestar, a disposição bellicosa dos selvagens que infestam o território do Estado [...]. (MENDONÇA, 2005, p.52)

A presença de um dos seus fundadores, Antonio Fernandes de Souza, revela como, no início do século XX, já se ensejava a fundação do IHGMT e os sentidos a serem constituídos sobre o passado. Com isso, torna-se possível antever que as “selvagerias” e as “sedições” perdem seus referenciais ao serem inseridos em outro relato-discurso, sofrendo um duplo apaziguamento: pela força explícita dos conquistadores e pela escrita do relato fundador. Este faz aparecer uma nova identidade que silencia a diferença.

A crônica passa a figurar como acontecimento fragmentado e sem finalidade histórica. Porém, o acontecimento não é silenciado e sim reduplicado e liberado em uma nova redistribuição, assim, é retirado dele tudo que dê conotação de dizimação e dos conflitos carregados e nutridos por palavras “enganosas e assassinas”, portanto excessivas. As abstrações personificadas – em noções como: pátria, nação, república, civilização, modernidade e progresso – produzem os nexos da continuidade histórica inventada e quebram o que consideram como a rotina sem seguimento com a origem e a finalidade dos acontecimentos produzidos pelos cronistas. Transitam de uma realidade já dada para uma realidade inventada por abstrações, em sua tradução ideológica fundada pela característica das sociedades do pensamento. Pode-se notar que a instituição e a fundação são atos de posituação de abstrações e suas encarnações produzem realidades e lugar das fundações e instituições em seu aspecto físico.

Portanto, em vez de se pensar a fundação do IHGMT vendo-o somente pelo viés físico de sua inauguração pelo grupo de letrados, pode-se deslocar o seu sentido e vê-lo como estabelecimento de uma instituição que vinha se configurando por práticas discursivas que tomavam forma no corpo das obras que o antecederam.

A instituição gradual deu suporte, com suas práticas escriturais, à possibilidade de constituição das subjetividades necessárias ao projeto da nação liberal-republicana. Ao funcionar como manual escolar, forma sujeitos pelas palavras de uma história que identifica o passado de forma não contemporânea ao seu acontecimento real. Assim, retoma o acontecimento e o redistribui por traços disjuntivos com os quais pretende produzir uma conjunção entre o passado e a legitimação de um saber-poder no presente.

Para tanto, insere por essa operação historiográfica a transformação em conjunção histórica, o que na realidade é uma não-relação das palavras da história com a realidade do seu acontecimento no passado. As diferenças são liberadas quando despidas do seu valor discursivo e reinseridas em outro relato-discurso que faz falar calando, ou cala fazendo falar em outra linguagem. Dessa forma, as diferenças são liberadas quando destituídas de tudo que tenha de perigoso e que possa pôr em risco uma continuidade histórica.

Portanto, pode-se considerar que o IHGMT, antes de ser compreendido como o ponto inicial da pesquisa, é fundador do passado que foi se formando antes da solenidade social de seu acontecimento. Esse ato inaugural é apenas o coroar de uma invenção, uma duplicação dos acontecimentos, dando nexos às “descontinuidades” em que se encontravam os relatos dos cronistas e de sua adequação a um nome próprio, a uma história que os colocam em marcha, através da sua disjunção. Segundo Rancière: “A inferioridade de uma condição patenteava sua exclusão dos modos verdadeiros do ver e do dizer” (RANCIÈRE, 1995, p.9). A escrita em que se inscrevem os alunos em sua formação, antes de ser um simples exercício de aprendizagem e de busca de uma competência,

[...] é o ato de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição. (RANCIÈRE, 1995, p.7)

Em 1904, quando do lançamento do primeiro volume da revista *O Arquivo*, Antonio Fernandes de Souza, um de seus editores, afirmou ser essa revista o ponto de partida “a fim de fundar-se nesta capital um Instituto Histórico e Geográfico que se incumbirá de criar e montar uma revista do Estado de Matto Grosso...” (RANCIÈRE, 1995, p.8). Esses eventos editoriais, principalmente o da revista *O Arquivo*, podem ser considerados como momentos

precursores e de fundação do Instituto que, em 1919, iria fazer parte dos festejos do bicentenário de fundação de Cuiabá.

Apesar dessas movimentações intelectuais, os conflitos partidaristas se estendem até 1918, quando da posse de um governo de conciliação, que foi entregue ao religioso Dom Francisco de Aquino. A preocupação com a superação da crise estava aliada à necessidade de construção de uma nova realidade política para Mato Grosso. Esse aspecto ficou latente no discurso à assembleia feito pelo então presidente de conciliação, que tentava compor uma governamentalidade que superasse o impasse criado pela radicalização entre os grupos políticos. Esta situação se tornava insustentável e levou o Estado de Mato Grosso a uma situação de violência que contrapunha o desejo de um projeto modernizador nacional.

Dom Aquino Correa, em discurso à Assembleia Legislativa, no início da sua gestão governamental, deixava transparecer a situação em que se encontrava a realidade política do momento: em suas palavras era uma “catastrophe que abalára até a estrutura mais íntima e essencial do Estado, destruindo aqueles mesmos poderes, que formam, por assim dizermos, as columnas graníticas da sua constituição política” que os haviam deixado “em face de um verdadeiro chão”; e para superar a crise e reescrever a história política do Estado seria, para Dom Aquino, preciso “que uma nova e poderosa voz repita a solenne palavra creadora: *Fiat lux!* Faça-se a luz! De que carecemos: *Lex lux.*”⁶

Nesta mensagem de Dom Aquino, denota-se uma situação de crise que chega ao limite da tolerância nacional e cria a necessidade de fundação de outra forma de sociabilidade política. Para aplacar os ânimos exaltados da briga entre as oligarquias políticas, tramava-se, nesse momento, a necessidade de constituir um espaço político que se adequasse ao momento nacional que era de reerguimento do sentimento de nação.

Nesta missão, Dom Aquino contou com a participação de alguns membros do grupo de homens letrados, que irão compor o corpo administrativo, e que também serão futuros membros fundadores do IHGMT. Entre eles, se destacou a presença do engenheiro Virgílio Corrêa Filho, personagem considerado pelos membros do IHGMT como figura de destaque da cultura histórica sobre o passado de Mato Grosso e de grande influência nos meios políticos e letrados.⁷ Para Virgílio Corrêa, o governo de Aquino exerceu “fecundo influxo [...] nos domínios intelectuais, mediante a publicação de obras atinentes aos problemas de Mato Grosso”⁸.

A festa do bicentenário de Cuiabá e a fundação do IHGMT

As festas centenárias, inventadas no fim do século XIX, serviam para reorganizar a memória, reinventando-a para se adequar aos padrões estabelecidos por novas

configurações econômicas, sociais e políticas.⁹ Caracterizadas como grandes festas, havia nelas um sentido configurado na construção do passado, unindo-se acontecimentos distantes uns dos outros, mas que se constituíam por um liame de continuidade e legitimador do tempo para o qual se faziam suas invenções. Esses eventos funcionavam como mecanismos de legitimação do poder em um dado tempo e espaço de dominação, tendo as comemorações o intuito de produzir no indivíduo uma significação em si mesmo e com o coletivo ao qual pertencia.

No caso mato-grossense, a festa centenária tinha como finalidade reinventar uma origem e, por meio da rememoração, unir acontecimentos como o da chegada dos sertanistas à legitimidade de um poder político no presente. Retirava-se dele sua singularidade de acontecimento, ou seja, de ter vindo em busca de apresamento indígena e acrescentava-se a esse ato um elo com uma continuidade histórica e, com ela, a festa que uniria o povo mato-grossense. Da singularidade desse acontecimento pode-se observar a invenção da origem de Cuiabá e, conseqüentemente, a sua duplicação como origem de Mato Grosso, a justificativa de um poder político e a sua adequação a uma economia política.

Vai fazer dois séculos que a monção de Paschoal Moreira Cabral, enfiando a barra do Coxipó-Mirim, numa sublime arrancada para o desconhecido, foi cravar então no mais fundo coração da América do Sul, as quinas de Portugal e os símbolos daquela religião que havia 300 anos, vinham desvendando os mysterios tenebrosos do mar e do sertão, na trepidação alvissareira das velas brancas e na penetração heróica das bandeiras sertanejas. (RIHGMT, 1919, Vol.I, Tomo I, p.14)

O marco desse bicentenário da fundação de Mato Grosso foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, considerado como parte mais importante do dia 8 de abril de 1919. Foi nesse dia que o grupo de letrados da sociedade mato-grossense participou da primeira reunião do IHGMT para

[...] a sua sessão magna de instalação, às 19 horas do dia 8 do corrente, no vasto salão nobre do Palacio da Instrucção, assistindo a esse acto, que revestiu-se de grande solemnidade, a mais numerosa concurrencia que podia comportar o local escolhido.¹⁰

No seu relato, o acontecimento de Paschoal Moreira Cabral, o ato do sertanista perde sua singularidade como acontecimento ao se inserir no discurso fundador da história de Mato Grosso. Ligando-se à história da conquista une um acontecimento a outro constituindo seu nexos e fundindo uma história regional à história nacional, missão essa confiada ao IHGMT. Alia-se, então, o domínio histórico que constitui nexos de ligação das

navegações portuguesas que, por uma operação historiográfica, atam os sertanistas aos navegadores portugueses e seus símbolos “que havia 300 annos, vinham desvendando os mysterios tenebrosos do mar e do sertão, na trepidação alviçareira das velas brancas”.

Em um único movimento, unem-se dois acontecimentos singulares, e insere-se a história de Mato Grosso, a partir da invenção, na história nacional, justificando, desse modo, o ingresso do Estado no projeto modernizador da nação. Assim construída a trama, a necessidade de ingresso de Mato Grosso no projeto da nação está alicerçada historicamente, pois os feitos dos navegadores portugueses não completariam seus objetivos se não fosse a “penetração heróica das bandeiras sertanejas” (CORRÊA, 1919, p.25).

Para o presidente do Estado, justificava-se essa festa bicentenária, por estarem em “uma hora de crise, em que urge retemperarmos as nossas energias de povo, nas fontes mais puras do patriotismo, no olvido de recentes loucuras e na consciência dos nossos grandiosos destinos” (CORRÊA, 1919, p.25). O fortalecimento dos nexos com o passado passava pela necessidade de formar esse corpo homogêneo como um povo uníssono. A reorganização do passado tinha como objetivo apagar as diferenças e dar um sentido de uma única origem como forma de justificar a necessidade de união política e incorporação à economia nacional à época. Para isso, continuava Dom Aquino a afirmar que a ocorrência

[...] bicentenária da fundação do Estado, relembando o berço da nossa vida política, virá dizer-nos, mais uma vez, que somos um povo só, “nascido e medrado ao sorriso dos mesmos céus e das mesmas terras, uma só família, cuja felicidade reside essencialmente na communhão dos ideaes, na concórdia dos sentimentos e na solidariedade do trabalho de todos os seus membros (CORRÊA, 1919, p.25).

Aquino julga “de palpitante oportunidade o gesto dessa plêiade de illustres conterrâneos, que, há mezes, lançaram a Idea de uma commemoração condigna do referido bicentenário” e sugeriu a eles “a Idea de se feriar em todo o Estado, o dia anniversario da sua fundação” (CORRÊA, 1919, p.25). Havia certa reciprocidade nessa ajuda à realização da festa, pois, conforme Virgilio Corrêa, tanto o IHGMT quanto o Centro Mato-grossense de Letras, fundado três anos após esse evento, “não alcançariam a pujança, que os distinguiu, caso não os animasse o decisivo amparo presidencial, que de começo lhes deu expressivas divisas” (CORRÊA, 1919, p.612).

Ao eleger o IHGMT como foco de análise, pretende-se dar visibilidade às operações intelectuais que transformaram acontecimentos do passado em uma determinação inexorável da história da nação e, para isso, era preciso eleger heróis e acontecimentos do passado, como forma modelar para a construção de um “futuro de progresso”. No discurso de solenidade de sua fundação, o IHGMT entende que:

Agora que Mato-Grosso comemora o bi-centenário do início da colonização, sente percorrer por toda a vastidão do seu território, a mesma febre de progredir, o mesmo ensaio de energias novas que parece conduzir o Brasil todo a uma era de completo ressurgimento: nenhuma iniciativa pôde haver, mais digna da ocasião, nenhuma comemoração mais nobre e mais útil, nenhum presente mais oportuno, do que a instalação d'esta patriótica associação que há de fazer sempre lembrado os feitos dos gloriosos dos dous primeiros séculos da nossa vida política, que há de perpetuar nas páginas da história imparcial, para immorredouro exemplo dos que hão de vir, os nomes e as vidas dos nossos maiores. [...] Installa-se hoje o novo Instituto Histórico. Sua missão é nobre. É tornar bem conhecidas a nossa grandeza e a nossa raça. É imortalizar os feitos dos que se foram, é imortalizar os heróis, é escolher modelos para o futuro.¹¹

O discurso fala em progresso, nova energia, ressurgimento, como um ato patriótico associado à lembrança dos acontecimentos glorificados dos dois primeiros séculos, que silenciando os acontecimentos anteriores, em que figuravam as multiplicidades culturais que habitam esse espaço, funda uma data como o início do único tempo em que houve vida política: uma história exemplar marcada pela figura dos grandes feitos e da fabricação de heróis e de glorificação dos atos militares, criando mitos para configurar os referenciais morais do presente. Os índios, nesse contexto, são frutos de uma atualização e são reconfigurados como o outro da história, e vão se deslocando de um objeto-obstáculo para a necessidade de tornarem-se braços úteis que necessitavam integrarem-se ao mundo civilizado.

A Revista do IHGMT

As publicações do IHGMT tiveram seu início em 1919, e se mantêm até nossos dias. O primeiro número da revista cria uma metaforização que, por seus jogos de palavras, une os acontecimentos registrados por cronistas ou documentos guardados, como a certidão de registro das lavras feito por Paschoal Moreira Cabral. O afloramento de ouro como razão de fundação é utilizado para aproximar dois acontecimentos, dando-lhes lugar na continuidade histórica pretendida. Hoje e ontem afloram: ontem ouro, hoje a revista.

Ao ser inaugurado, “o Instituto Histórico de Mato Grosso, aflora também ao sol das festas bicentenárias, o seu órgão, esta Revista, fadada a ser arquivo e escrínio da história, da geographia, da ethnografia, da arqueologia do Estado” (RIHGMT, 1919, Vol. I, Tomo I, p.1). Utilizando-se de um jogo de palavras, unem-se dois achados: o sertanista que encontrou o ouro e os membros do IHGMT, que fizeram aflorar os documentos e, com isso, possibilitaram a história de fundação de Mato Grosso: se o sertanista deu à mina encontrada sua certidão, a festa do bicentenário deu ao povo de Mato Grosso também sua certidão.

Desde aquele charro documento primitivo, exarado em sedição vernáculo, do primeiro quartel do século XVIII, até a hodierna ata inaugural do nosso instituto, quantos e quãos monumentos históricos por ahí não existem, a ilustrar a nossa terra que, mercê de Deus, tem sido e continua a ser um tesouro para os cientistas nacionais e estrangeiros, assim como o fora para os sertanistas rudes do Tietê. (RIHGMT, 1919, Vol. I, Tomo I, p.1)

Para cumprir esse papel, surge “pois esta revista como a arca salvadora de todas essas preciosidades de nossa civilização” (RIHGMT, 1919, Vol. I, Tomo I, p.2). Para Dom Aquino, cultivar tradições configura-se como uma forma de apagamento de outras formas culturais, fazendo-as aflorar em outro relato. “Não há pátria sem tradições. Cultivá-las é mais que guarnecer e ouriçar baionetas faiscantes, a orla bruta das fronteiras. Ai do povo que as tradições se tornaram mudas...” (RIHGMT, 1919, Vol. I, Tomo I, p.3). Aqui se encontra uma dupla função, que cria um paradoxo: um texto que aparece sem a voz que o defenda fica à mercê daqueles que os pretendem fazer falar. Ao mesmo tempo em que retira o povo dos acontecimentos passando-os à história das estruturas, subtrai esse povo da sua não-verdade e o redistribui em outro lugar que é o seu não-lugar.

O ato de inscrever as tradições é o que inventa, num momento histórico, a pátria. O ato de cultivá-las é um ato político da escrita que é menos tornar o saber escriturário mais consistente, é menos um passado acontecido; funciona, na verdade, como uma maneira de ocupar o sensível e dar forma histórica a essa ocupação. Nela, o ato do sertanista de apresamento indígena é transformado em heroísmo, ao se ligar a uma finalidade fora do seu contexto e que passa a dar sentido histórico à fundação de Mato Grosso.

Dando continuidade a esses acontecimentos, aparecem os novos personagens dessa trama: o grupo de letrados que, no início do século XX, descobre que daria substância à composição dos elos históricos, ligando acontecimentos singulares a uma continuidade histórica. O descobrimento das documentações comprovaria esses liames, ligando uma história local a uma história nacional, na qual passa a ter um lugar: o documento lavrado por Paschoal Moreira Cabral, em 1719, passa a ser a certidão da fundação de Cuiabá, que completaria então seu bicentenário em 1919.

Virgílio Corrêa Filho e a definição da identidade mato-grossense

As narrativas de Virgílio Corrêa Filho inserem um fato histórico, o qual tinha como êxito a extinção dos obstáculos à referida formação da identidade nacional, elegendo como diferença tudo que não possibilitasse uma continuidade histórica. Ao se situar no mito de fundação da chegada dos sertanistas, o faz a partir da construção de uma historiografia que

transforma os sertanistas em heróis bandeirantes. Exemplo dessa reconfiguração pode ser observado quando o autor apresenta uma matança das populações indígenas da região, atualmente denominada Cuiabá, e que aparece como se fosse uma necessidade do cumprimento de uma inexorabilidade histórica. Ao relatar um acontecimento, insere-o a partir de uma narrativa em que atos localizados se transformem em parte de uma histórica totalizante.¹² Para Corrêa Filho, a expedição coroa-se de êxito quando atende a uma necessidade maior: garantir uma história na qual presente e passado passam a ser parte de uma identidade que inventa uma realidade.

Dom Aquino mostra, no hino que compôs para Mato Grosso como parte dos festejos do bicentenário de Cuiabá, essa inversão dos valores. Mortos tornam-se culpados da sua própria morte ou sacrificados em nome de uma história e sua finalidade. O hino de Mato Grosso traz, como se fosse uma lápide funerária, a ode ao vencedor. Em uma parte do hino, reafirma a figura dos heróis bandeirantes em detrimento do “outro”, do discurso fundador: “o valor de imortais bandeirantes, conquistou ao feroz Payaguá!”¹³

A primeira obra de destaque de Virgílio Corrêa Filho, *Mato Grosso*, publicada em 1920, atendia a uma onda de brasilidade que se produzia num frenesi de busca do conhecimento e integração do Brasil, como foi visto nos discursos dos intelectuais no início do século no sul do país. Essa obra nasceu de um trabalho incumbido a esse autor como forma de compor uma narrativa sobre Mato Grosso para fazer parte do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*.¹⁴ Era um tempo em que se almejava conhecer em detalhes o interior do Brasil, buscar nele a forma da sua brasilidade.

A década de 1920 estava caracterizada por um novo discurso regionalista. “O espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construído pelo homem.”¹⁵ Um paradoxo surge nessa regionalização do espaço: ao mesmo tempo da busca de um Brasil voltado para seu interior, as identidades regionais diferenciadas tornavam-se alvos dos discursos homogeneizadores que as viam como obstáculo e ameaça à construção da nacionalidade. Na modernidade, o discurso local passa a ser “regido pela mimese da produção [...] orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico.”¹⁶

As obras de Virgílio não destoam desse objetivo. Ao se acompanhar a característica de sua bibliografia, nota-se que a mesma estará sempre voltada para os fins de organização política e econômica de seu Estado, aliando narrativas que enfocam a organização administrativa no espaço presente e a história de sua constituição. Tendo seu tempo presente como objetivo a ser alcançado pela história, vê-se nela a consecução do objetivo final que é o progresso de sua terra. Para isso, é interessante comparar a obra *Mato Grosso*, de 1920, com a sua *História de Mato Grosso*, publicada pela primeira vez em 1959.

Na sua primeira obra de cunho historiográfico, elaborada com fins aos festejos do bicentenário, objetivava mostrar as qualidades existentes para melhor “definirem as possibilidades econômicas do Estado” (CORRÊA FILHO, 1920, p. VI). Criados os nexos históricos de seu relato, os acontecimentos se perfilavam emudecidos de sua voz singular e posto a falar, fazendo parte da “marcha evolutiva de Mato Grosso, desde o primitivo embrião, constituído pela bandeira Moreira Cabral ancorada em São Gonçalo, até os dias presentes.” Novamente, mantinha-se o silenciamento quanto ao sangue derramado pela dizimação indígena, à destruição em massa de famílias nas monções e às digladiações que grassavam no seu tempo.

De tal linhagem não há motivo de nos envergonharmos de proceder. Antes, sobejam-nos razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas insignes, que integraram a base física da nacionalidade brasileira, e dos continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par, a que devemos o devassamento dos nossos sertões. (CORRÊA FILHO, 1920, p.VI e VII)

Suas obras se dividem entre o papel de geógrafo narrando a instauração administrativa e a construção de uma economia à altura de forjar a entrada de Mato Grosso no patamar do sul do país. O mesmo ocorre com suas obras de História, nas quais se verificam os objetivos dessas instaurações políticas e econômicas: tornam-se obstáculo todos aqueles que não se enquadram nesse projeto moderno. Os índios só se integram à história pela fusão, para formar um único indivíduo: o mato-grossense. Do contrário, seria apenas um embaraço à expansão. Quando narra as bandeiras, assim se dá sua escrita: “Desembaraçando do inimigo, o planalto de Amambaí proporciona amplo cenário onde se expandisse o gênio aventureiro dos paulistas” (CORRÊA FILHO, 1920, p.13). A sua construção narrativa vai deixando as marcas em que o extermínio indígena segue viabilizando a origem da marcha do progresso. Eis como descreve a origem de Cuiabá:

Faltava-lhes, porém, ferramentas, munição, armas, com que resistissem às investidas dos Coxiponés, que os constrangiam em apertado sitio. Veiu-lhes em socorro, do Carandá, onde se encontrava, o famoso paulista Fernando Dias Falcão, que desbaratou os indígenas, afugentando-os para longe das minas. Desse modo abriu-se o mais empolgante capítulo do heróico poema das entradas, em que o nomadismo dos bandeirantes se transformou, fixando-se em Cuiabá. (CORRÊA FILHO, 1920, p.14-15)

Daí a um alongar-se no tempo: dada a fundação, cabe ao historiador emendar com o seu tempo presente. “No diagrama da marcha evolutiva, alteiam-se-lhe, expressivos, os ramos correspondentes aos períodos que seguem a inauguração de algum caminho para o

litoral.” (CORRÊA FILHO, 1920, p. 261). Sua escrita parece manter uma cumplicidade com a empolgação do discurso modernizante de um futurismo que parece traçar um destino para Mato Grosso. Em suas palavras denota-se o orgulho da navegação do rio Madeira, a promessa da ferrovia que o ligaria ao rio Mamoré e a E. F. Noroeste do Brasil como fatores que fazem emergir o sonho de expansão. E novamente os acontecimentos se desgrudam de suas singularidades para criar sua ligação. “Às vias férreas, que a ligarem ao litoral, ajustando-se às pegadas biseculares de rudes sertanistas” (CORRÊA FILHO, 1920, p. 261).

À história do IHGMT cabe o papel nessa união do passado com o presente, justificando a ambos. Ela prolonga-se na utopia dos engenheiros da Escola positivista. É a utopia tecnológica dos engenheiros das estradas e das almas “traçando diretamente na terra, por estradas de trilhos e de água, as vias da comunicação autêntica e os signos da prosperidade futura” (RANCIÈRE, 1995, p.12). Faz lembrar o discurso do clube de engenharia e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e do sonho de unir trilhos e almas na integração do corpo da nação. Ligar com trilhos membros desarticulados organicamente do corpo da nação.

Considerações finais

Ao reconstruírem-se os passos da fundação do IHGMT do início do século XX, indo até sua fundação em 1919, deixa-se algum esboço do que se pode produzir na pesquisa sobre essa instituição. O que chamou a atenção foram as maneiras com que se operaram a construção da sua escrita. O que tornou possível e como essa escrita forjou a história do passado em Mato Grosso? Como se apresentava a preocupação com a integração do Brasil ao seu interior e como esse evento se tornou produtor de uma imagética na construção da brasilidade? Como surgiu daí um paradoxo que colocava em conflito uma necessidade de brasilidade, buscando suas raízes no interior e, ao mesmo tempo, sua integração excluindo o que existia de diferenças?

O projeto que o IHGMT pretendia era o de construir uma história que desse identidade a Mato Grosso, para que se adequasse ao projeto das primeiras décadas do século XX. Seus sócios mantiveram como perfil a grande identificação com o discurso evolucionista que compôs as práticas intelectuais desse tempo. Mantinham laços filosóficos com as doutrinas positivistas da Escola Politécnica e é justamente o positivismo daí surgido que contamina e repercute nas ações do IHGMT. Há, também, uma relação do clero, na figura de Dom Aquino, com o discurso da engenharia, na figura de Virgílio Corrêa Filho, e da presença positivista do exército nacional na figura de Rondon. Suas subjetividades eram atravessadas pelo discurso evolucionista que, mesmo construindo o discurso da

miscigenação, emergia com o intuito de fazer desaparecer a diferença que dissolvia a imagem do homem europeu.

O discurso nacional termina por ressoar nas produções do IHGMT, que lutava para fazer o Estado de Mato Grosso atender à demanda do projeto nacional de uma nação moderna, deixando clara a articulação do IHGMT ao projeto de construção da Nação e da invenção da história de Mato Grosso. Junto a isso, soma seu papel de organização do espaço geográfico e da sua adequação e subordinação a uma ordem administrativa que coadunasse com a economia política liberal implementada em todos os rincões do mundo.

Pode-se observar, nas obras dos sócios do IHGMT e, mais especificamente, na escrita de Virgílio Corrêa Filho, a necessidade de se escrever uma história de Mato Grosso que servisse de referencial à formação de novas subjetividades e que somente encontrariam o mercado como seu lugar de verificação. A esse serviço esteve também presente a questão iluminista, colocando o binarismo que construía um assunto problemático: a relação entre ordem e caos, Luz e Ordem, Ordem e Progresso.

Com isso, construiu-se simbologias como os brasões das armas, Bandeiras do Estado, Hino exaltando o bandeirante e secundarizando a figura dos índios, as datas comemorativas de rememoração como os centenarismos, e as denominações de espaços geográficos com nomes de liberais ou reinventados como tal e nomeados como símbolos, suprimindo nomes indígenas ou nascidos do cotidiano dos meios populares. A escrita produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi, no início do século XX, antes de tudo, política, porque traçou e significou uma redivisão entre as posições dos corpos.

Recebido em 20/11/2010

Aprovado em 4/4/2011

NOTAS

1 . [Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, 2 v.] Arão Reis foi engenheiro muito conhecido no país, membro de importantes comissões, professor da Escola Politécnica, e autor da obra *Economia política, finanças e contabilidade*. [Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, 2 v.] obra adotada oficialmente na Escola Politécnica, e que serviu para orientar tratados de direito administrativo. Cf. PAIM, Antonio. Introdução. In *Coleção pensamento político republicano*. p. 9.

2 Cf. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Em sua aula de 4 de abril de 1979, Foucault, mostra a grande mudança na ordem política no deslocamento do direito para a economia política: “Existe agora do soberano, algo que também lhe escapa, mas já não são os desígnios da Providência ou as leis de Deus, são os labirinto e meandros do campo econômico. A emergência da noção de *homo economicus* representa uma espécie de desafio político à concepção tradicional, à concepção jurídica, absolutista ou não, aliás, do soberano.” p. 398-399.

3 A construção dessa ferrovia deslocou todo o sentido econômico da região de fronteira que tinha o transporte fluvial como patrocinador de alguma movimentação econômica dessa região de Mato Grosso. Com isso, houve uma queda nas Charqueadas, por exemplo, pois com a compra da Fazenda Descalvados por Percival Farquhar, empresário norte-americano que fez com que o gado fosse enviado por via férrea ao Frigorífico Wilson, em São Paulo, diminuindo o fluxo desse comércio uruguaio e daí para o mundo europeu.

4 Cf. BRANDÃO, Ludmila. Prefácio s/n. In: PINHO, Rachel Tegen. *Cidade e Loucura*. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2007. “Para toda e qualquer cidade o discurso passou a ser um só: modernizar. Isso significa estriar, disciplinar, domesticar, colocar sob controle total os usos e os fluxos do espaço urbano, a qualquer custo. Andarilhos e vagabundos não estão contemplados nessa cidade. Alienados e loucos muito menos.”

5 Nesse propósito, surge uma série de instituições que tinham como meta a estruturação da máquina do estado. Testemunhou-se uma reforma “da instrução, nos seus vários setores, traçando nos capítulos, “Diretoria da Instrução”, “Lyceu Cuiabano”, “Escola Normal”, “Jardim da Infância”, “Escolas Primárias”, “Intervenção local no Ensino” e “Professorado”, rumo seguro para essas diversas esferas a administração”. Em 1910, instalou-se a Escola de Aprendizes Artífices e Escola Industrial de Cuiabá. “as secções de artes industriais são moderníssimas. Todas as outras secções (Mecânica de Automóveis, Artes Gráficas, Mecânica de Máquinas, Artes do Couro, Trabalhos em Madeira, Eletricidade, etc.) estão dotadas das mais modernas máquinas operacionais”. Cf. CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Cuiabá: Tese de doutorado. UFMT, 1999, p. 318.

6 1918. Mensagem dirigida pelo presidente D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa em 13.05.1918. Relatórios de presidente de províncias. Fonte: Arquivo Público de Estado de Mato Grosso (APMT).

7 Exerceu cargos políticos como membro do secretariado de Governo na década de 1920, saindo por divergências quanto às críticas da oposição, voltando a morar no Rio de Janeiro. Volta novamente na comitiva do interventor, em 1930, como secretário geral de governo.

8 Ibid. p. 612. “Entre outras, promoveu a publicação de *A Fronteira Mato Grosso – Goiás*. [...]. MENDONÇA, E. de - *Datas Mato-grossenses – Esc. Tip. Salesiana. – CORREA, Philogônio da Paula – Limites de Mato Grosso com Goiás*. CORRÊA FILHO, Virgílio – *Mato Grosso, contribuição para o Dicionário Histórico Geográfico do Brasil*”.

9 HOBBSAWM, E. J. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Segundo o autor: O termo tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca definido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas [...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Cf. p. 9.

10 *A Gazeta Oficial*. Apud RIHGMT, dezembro de 1919. Fonte: APEMT. Cuiabá – MT.

11 CORRÊA, Philogonio de Paula, 8 de abril de 1919. Fonte APEMT. Trecho do discurso de fundação do IHGMT, proferido por seu secretário geral.

12 Em 1734, [...] 842 homens repartidos em 80 carros de bagagem e 28 de guerra, e três balsas. [...] surpreenderam, ao amanhecer, o acampamento dos Payaguás, contra os quaes investira a tiros de fuzilaria. Ao meio dia já se contaram 266 prisioneiros, 600 índios mortos, afora os que ficaram feridos pelas matas adjacentes. A expedição coroou-se do melhor êxito, mas resultou perfeitamente inócua. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1922, pp. 25 e 26.

13 AQUINO, Francisco de. Trecho da letra do Hino de Mato Grosso, 1919. RIHGMT – MT. Fonte: APEMT. Cuiabá - MT.

14 Conforme a nota de rodapé, essa obra foi: “Elaborada em 1919, por ordem do então Presidente, Exmo. Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, ligeiramente modificada em 1920, esta memória saiu a lume no ano do Centenário da Independência, em 1ª edição, por iniciativa e conta do Instituto Histórico de Mato Grosso, mercê do auxílio que, para tal fim, lhe concedeu o Governo do Estado. Cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Op. cit. p. VII.

15 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op. cit. p. 47.

16 Ibid. p. 49.

REFERÊNCIAS

AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Album Gráfico de Matto-Grosso*. Corumbá/ Hamburgo, 1914, p. 01. Fonte: APEMT. Cuiabá-MT.

BARRETO, Luíz Pereira. O século XX sob o ponto de vista brasileiro (1890). In *Coleção Pensamento político republicano*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BRANDÃO, Ludmila. Prefácio s/n. In PINHO, Rachel Tegon. *Cidade e Loucura*. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2007.

CAMARA CASCUDO, Luiz da. Prefácio. In COLBACCHINI, P. Antonio. *À luz do cruzeiro do sul*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1939.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1920, p. VI.

_____. *História de Mato Grosso*. Vol. 4. Várzea Grande-MT: Edição da Fundação Júlio Campos, 1994. p, 14.

_____. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1922, pp. 25 e 26.

CORREA, Francisco de Aquino. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, IHGMT. vol. I, 1919, p. 25.

CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Cuiabá: Tese de doutorado. UFMT, 1999.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALETTI, Lylia da Silva. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2000.

GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In *Estudo Históricas: Caminhos da historiografia*, 1988.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEOTTI, Odemar. *Labirinto das Almas: a política indigenista em Mato Grosso. A Diretoria Geral dos Índios – 1831-1895*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, mimeo, 2001.

MENDONÇA, Estevão de. *Quadro Corográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2005, p. VII.

PAIM, Antonio. Introdução. In: *Coleção pensamento político republicano*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico, de Mato Grosso, RIHGMT. 1919. Vol. I. Tomo I, p. 01. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (APEMT).

SALES, Alberto. *Política Republicana*, 1882. Apud PAIM, Paulo. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasil: Congresso. Câmara dos Deputados.

SOUZA, Antonio Fernandes de. (1879-1959) *Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2001. Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1958.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 175. Apud REIS, Rosinete Maria dos. *Palácio da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. EdUFMT, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1956.